# TUXAUA

## SECRETARIA DE FORMAÇÃO

13 de abril de 2017|Número 045

# BOLETIM INFORMATIVO

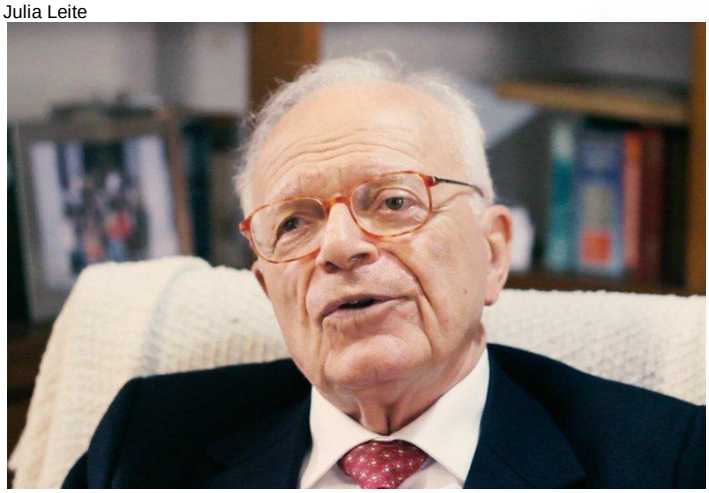
FETEC CUT Centro Norte

# Konder Comparato: "Não está fora de cogitação um novo golpe"

Débora Melo

O jurista teme uma "intervenção extralegal" diante da desmoralização da classe política e do poder oligárquico

Julia Leite



O jurista Fábio Konder Comparato não nutre esperança em relação à crise política. A instrução dos processos a partir da lista de Luiz Fachin, relator da Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), vai demorar.

O governo, de pouca legitimidade, e o Congresso desmoralizado continuarão a aprovar reformas "inconstitucionais", salvo uma intervenção do Ministério Público ou da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Os políticos buscarão formas de escapar das acusações. E mais: Comparato não descarta um novo golpe de Estado.

***CartaCapital:*** *A divulgação da lista do ministro Luiz Fachin tira, de alguma forma, a legitimidade do governo para fazer reformas como a trabalhista e a da Previdência?*

**Fábio Konder Comparato:** Este governo nunca teve legitimidade. Vivemos, no mundo todo, uma situação de total falta de rumo da política. Do lado da direita, a fachada democrática do sistema capitalista rui e todos percebem que não têm nenhum poder, nem mesmo de livre eleição de representantes.

Do lado da esquerda, a ideia fundamental de que haveria uma luta de classe entre a burguesia e o proletariado torna-se inaplicável, uma vez que o proletariado em si praticamente não existe como força política.

***CC:*** *O senhor disse que o governo nunca teve legitimidade. E o Congresso, que será o responsável pela aprovação dessas reformas? Há 71 parlamentares na lista.*

**FKC:** Grande parte dessas reformas é inconstitucional. Eles não querem de maneira nenhuma enfrentar esse problema e, se enfrentarem, terão o Judiciário a favor.

***CC:*** *Os projetos continuam a tramitar...*

**FKC:** Exato. Trata-se, porém, de saber se haverá ou não uma reação por parte do Ministério Público ou da OAB, por exemplo.

***CC:*** *E no Congresso? A discussão e a aprovação dessas reformas pode perder força com a divulgação da lista?*

**FKC:** Os parlamentares vão empurrar com a barriga e fazer o possível para a Lava Jato não avançar em relação a eles. Agora será feita a instrução desses inquéritos. Vai levar um tempo considerável. É bem possível outra intervenção extralegal para impedir a continuação disso tudo. Não está fora de cogitação um novo golpe de Estado.

***CC:*** *De onde viria esse golpe?*

**FKC:** Da oligarquia, basicamente. A oligarquia no Brasil é composta de dois grupos intimamente associados: os empresários e os proprietários, de um lado, e os principais agentes do Estado, do outro. Evidentemente a Lava Jato desmoraliza ambos os grupos.

***CC:*** *Qual seria uma solução possível para a crise política?*

**FKC:** A solução não é rápida. Trata-se de lutar contra dois fatores fundamentais de organização da sociedade: de um lado, o que eu chamo de poder oligárquico, ou seja, o poder da minoria rica, estreitamente ligada às instituições do Estado.

De outro, a mentalidade coletiva, que não é favorável à democracia. Ela nunca existiu no Brasil, pois o povo se considera inepto, incapaz de tomar grandes decisões. Tivemos quase quatro séculos de escravidão, o que criou na mentalidade popular aquela ideia fundamental de que quem pode, manda, obedece quem tem juízo.

https://www.cartacapital.com.br/politica/konder-comparato-nao-esta-fora-de-cogitacao-um-novo-golpe

TUXAUA

Notícia

BOLETIM INFORMATIVO

13 de abril de 2017 | 045

# Reforma trabalhista inverte princípios e finalidades do Direito do Trabalho, afirma Anamatra

Presidente da entidade afirma que substitutivo apresentado ao PL nº 6787/2016 é ainda mais prejudicial do que o projeto original

O deputado Rogério Marinho, relator da reforma trabalhista (Projeto de Lei nº 6787/2016) na Comissão Especial destinada a analisar o tema, apresentou nesta quarta (12/4) relatório com substitutivo ao PL encaminhado ao Parlamento pelo Governo Federal. O novo texto pode ser votado na próxima terça (19/4) e é forte a pressão no Parlamento para que o mesmo tramite de forma célere na Câmara dos Deputados.

O presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Germano Siqueira, que acompanhou a reunião juntamente com outros representantes da entidade, analisa que o substitutivo é ainda mais prejudicial para os direitos trabalhistas do que a proposta original. "O relatório é muito ruim. Uma completa inversão dos princípios e das finalidades do Direito do Trabalho. Se o Direito do Trabalho foi concebido pelo reconhecimento de que o trabalhador, pela sua condição econômica e social, merece ter a proteção legislativa, o que se pretende agora, sem autorização constitucional, é inverter essa proteção, blindando o economicamente mais forte em detrimento do trabalhador", analisa.

Siqueira explica que o relatório apresentado na manhã de hoje veio acrescentado de vários pontos que não constavam da proposta original. "Há retiradas textuais e expressas de direitos, como no caso das horas in itinere (§ 2º do art.58 da CLT), além de reformulação do art.468 com o objetivo claro de interferir sobre construção jurisprudencial histórica do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que assegura estabilidade econômica aos empregados que percebem função comissionada por mais de dez anos. A nova redação simplesmente extingue esse direito, como mirou em vários outros pontos a jurisprudência do TST, ou seja, as decisões da Justiça do Trabalho".

O presidente afirma que chama ainda mais atenção o descuido com os trabalhadores menos favorecidos. Segundo o magistrado, há aspectos do projeto que jamais poderiam ser cogitados e não têm paradigma na legislação nacional. "O art.790-B, de uma forma absolutamente desconforme com juridicidade e com qualquer explicação plausível, impõe aos trabalhadores que necessitem de perícia pagar os honorários do perito, mesmo que sejam beneficiários de gratuidade processual. Nunca se viu nada parecido. Como também é completamente descabido se falar em quitações anuais do contrato de trabalho (art.507-B) quando o trabalhador está em pleno regime de subordinação. Enfim, trata-se de uma proposta que atende apenas a um dos interessados nessa complexa relação capital versus trabalho", critica.

**Inconstitucionalidades -** Na avaliação do presidente da Anamatra, vários pontos da reforma são inconstitucionais, por reduzir diversos direitos previstos na Carta Maior. "A Constituição de 1988 reforçou a importância de garantias sociais. Dessa forma, toda e qualquer reforma deve observar a Constituição Federal, que prevê a construção progressiva de direitos no intuito de melhorar a condição social do trabalhador e não de reduzir as suas conquistas históricas e fundamentais", esclarece o presidente.

Para o magistrado, promover uma reforma com o objetivo de rebaixar sistematicamente vários direitos dos trabalhadores e aumentar sobrecarga de trabalho e de suas obrigações, sem a correspondente remuneração, não passa de mera exploração e violação da Lei Maior. "O Brasil está vivendo um triste momento de ilegítima desconstrução de diversos paradigmas constitucionais de bem-estar social, curiosamente patrocinados hoje pelo Partido do Dr. Ulysses Guimarães, que cunhou a expressão 'Constituição Cidadã', sem jamais imaginar que décadas depois esse texto pudesse ser tão duramente atacado", lembra.

**Desemprego** - A taxa de desemprego no Brasil, que bateu novo recorde, atingindo 13,2% no final de fevereiro (IBGE), não tende a ser reduzida em razão dessa reforma, se aprovada, e até deve aumentar, analisa o presidente da Anamatra. "A possibilidade de apenas mensurar jornada pelo critério de 220 horas mensais, com jornada diária de até 12 horas, vai representar, na prática, a redução dos postos de trabalho e o desestímulo a novas contratações. Aumentarão, talvez, os subempregos, com redução do pacote de direitos, como será o caso, por exemplo, dos trabalhadores com jornada flexível e dos terceirizados, o que não interessa a ninguém, muito menos à sociedade", explica Germano Siqueira.

Para o presidente da Anamatra, o Governo tenta "vender" a reforma trabalhista como algo benéfico e que tem o intuito de modernizar a legislação trabalhista, o que não é verdade. "O discurso de ocasião usado pelos defensores da reforma é oportunista e coloca no centro da discussão, em verdade, a ideia de reduzir e precarizar direitos atingindo a legislação que tutela as relações trabalhistas há mais de 70 anos.

**Falta de consenso -** O magistrado lembra também que, ao contrário do que vem sendo informado pelo Governo, a reforma não tem consenso entre os representantes de trabalhadores e empregadores e outras entidades que lidam com o tema. "Os debates na Comissão Especial e em outros fóruns no Parlamento têm revelado que, assim como a reforma previdenciária, as alterações às leis trabalhistas não representam o anseio da sociedade, que talvez mais adiante consiga expressar a sua voz insatisfeita de forma mais efetiva", disse.

https://www.anamatra.org.br/imprensa/noticias/25208-reforma-trabalhista-inverte-principios-e-finalidades-do-direito-do-trabalho-afirma-anamatra

## Reforma trabalhista: análise preliminar do parecer do relator

*O DIAP coloca à disposição três quadros comparativos para facilitar a análise preliminar dos impactos da reforma trabalhista tratada no PL 6.787/16, em tramitação na Câmara dos Deputados.*

O parecer apresentado nesta quarta-feira (12), pelo relator, deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), na comissão especial, concluiu pela aprovação do projeto, com substitutivo, com profundas alterações em relação ao texto original enviado pelo Poder Executivo, em dezembro de 2016.

O substitutivo, se traduz num cardápio de maldades contra os trabalhadores, com os seguintes impactos avaliados de forma preliminar:

1) Direito do Trabalho. Possibilita o impedimento do acesso à Justiça na forma do acordo extrajudicial irrevogável e arbitragem das relações de trabalho, dentre outras formas, como o termo de quitação anual das obrigações trabalhistas;

2) Negociação Coletiva. Estabelece que o acordo e/ou convenção se sobreponha aos direitos garantidos em lei e, ainda, que o acordo prevalecerá sobre a negociação coletiva;

3) Representação Sindical. Retira competências do sindicato, com a representação em local de trabalho e o papel de representação ao estabelecer a livre estipulação das relações trabalhista no caso especifico. Além disso, permite acordo individual escrito para definição da jornada de 12/36 horas e banco de horas;

4) Contrato de Trabalho. Cria o trabalho intermitente, regula o teletrabalho e amplia o parcial. Além disso, atualiza a Lei de Terceirização para garantir a terceirização irrestrita da mão de obra.

Tramitação

A partir da próxima terça-feira (18) vai ser aberto prazo de cinco sessões para apresentação de novas emendas ao substitutivo. Essas só poderão ser apresentadas pelos membros da comissão especial.

A apreciação é conclusiva no colegiado, mas a intenção é que a matéria seja levada ao plenário da Câmara, por meio de recurso ou requerimento de urgência.

Veja a íntegra do substitutivo apresentado pelo relator

Acesse abaixo os quadros comparativos elaborados pelo DIAP:

**Quadro 1**: **PL 6.787/16 x Substitutivo**
http://www.diap.org.br/images/stories/reforma_trabalhista_pl_6787_substitutivo.pdf

**Quadro 2**: **Substitutivo x CLT**
http://www.diap.org.br/images/stories/reforma_trabalhista_substitutivo_clt.pdf

**Quadro 3**: **CLT x Revogações de dispositivos**
http://www.diap.org.br/images/stories/reforma_trabalhista_clt_revogacoes.pdf

TUXAUA

Análise

BOLETIM INFORMATIVO

13 de abril de 2017 | 045

# 'É impossível promover inclusão social sem a presença dos bancos públicos'

Para ex-presidenta da Caixa, governo Temer ameaça os bancos públicos. "Durante a crise de 2008, tivemos um crescimento estratégico de importância e respondemos de maneira rápida e eficiente"

Gabriel Valery

Maria Fernanda e Sérgio Rosa: fragilização dos bancos públicos atende a interesses dos banqueiros privados

"Mal entrou no poder, o governo golpista de Michel Temer (PMDB) já retomou todo um conteúdo de discussão neoliberal. Esse processo passa pela desqualificação dos bancos públicos, do desmonte do Estado e enfraquecimento da soberania", afirmou Maria Fernanda Ramos Coelho, ex-presidenta da Caixa Econômica Federal (2006-2011). A defesa dos bancos públicos foi tema de seminário em São Paulo durante o dia 11 de abril . "Eu não esperava que nós retomássemos essa discussão. Achei que depois do governo Lula não precisaríamos mais disso", acrescentou.

Maria Fernanda é funcionária de carreira do banco público, aprovada em concurso público em 1984. Desde então, o cenário político e econômico mudou muito, bem como a importância dos bancos públicos no país. "Durante as décadas de 1980 e 1990 ouvíamos diuturnamente que éramos ineficientes, que bom era ser privado e ruim público. Esse é o resumo do pensamento da época. Durante o governo Lula, especialmente durante a crise de 2008, tivemos um crescimento estratégico de importância. Os bancos públicos, sempre que necessário, passaram a responder de maneira rápida e eficiente", afirmou.

Essa oposição de pensamento, de acordo com a ex-presidenta, levou o país a um ciclo virtuoso de crescimento econômico. Os bancos públicos faziam parte de uma visão estratégica, sendo responsáveis pela execução de políticas públicas importantes para a redução da desigualdade e estímulo da economia. "Os bancos públicos imprimem uma lógica alternativa à lógica de mercado. Muitos dizem que a função deles é alocar crédito onde os bancos privados não chegam. Isso também, mas além disso eles criam mercado onde os bancos privados jamais correriam o risco de estar. E se não existe dinheiro público, não existe apetite para o risco."

Maria Fernanda conclui que "em um país profundamente desigual como o nosso, é impossível imaginar inclusão social, execução de políticas públicas, sem a presença de bancos públicos".

A presidenta do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, Juvandia Moreira, reforçou a argumentação. "Temos que entender os bancos como instrumentos. Hoje, vivemos uma crise criada pelo sistema financeiro, em um modelo de organização insustentável. O Estado tem que fazer contrapartida a isso. Mas, nessa crise, banqueiros e multinacionais, articuladores do golpe, estão garantindo a parte deles. Garantindo que o Estado sirva a eles, para que concentrem mais riquezas", disse.

O ex-presidente da Previ (fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil) Sérgio Rosa concorda, e destacou que o processo de desmonte dos bancos públicos é uma forma de expandir a capacidade do setor privado para captar recursos. "O que está por trás disso tudo são os interesses do setor privado, que busca expandir a sua capacidade de captura de recursos e, com apoio da mídia, reverte o Estado e as empresas públicas, incluídos os bancos, em inimigos aos olhos da opinião pública", disse Rosa, que foi presidente da Confederação Nacional dos Bancários, entidade que deu origem à Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT).

Para ele, a defesa dos bancos públicos passa pelo debate sobre qual a função dessas instituições. "Se a gente não provar que a relação de um banco público com a sociedade é diferente, que ele não deve buscar somente o lucro, como fazem os privados, ficaremos mais frágeis diante dos ataques midiáticos." Membro da direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Gilmar Mauro afirmou que a concentração de riquezas é crescente, um fenômeno mundial. "Hoje, vivemos uma crise global. E não é uma crise econômica cíclica, mas uma crise de super-acumulação. São 2 mil milionários que possuem 99% das riquezas do planeta. A volúpia do capital financeiro, quando encontra governos como o impostor Temer, que cede à pressão internacional, acontece o que vemos: um processo de privatização geral. E não apenas com os bancos. É com a Petrobras e, inclusive, empresas privadas brasileiras que são atacadas em detrimento de empresas internacionais. Isso atinge a soberania do nosso país."

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Aristides Veras dos Santos, deu testemunho pessoal da importância dos bancos públicos. "Em nossa base, na roça, na agricultura familiar, o acesso aos bancos é um tema difícil. Eu mesmo só tive uma conta corrente depois de um grande tempo. Só abri uma conta porque virei presidente de sindicato, na minha cidade, em Tabira (PE). Eu já tinha mais de 40 anos", lembrou. "Meu pai tem 77 e minha mãe, 79. Eles abriram conta cinco anos atrás. A realidade no Norte e Nordeste mudou muito de 2003 para cá. Temos crédito rural, Previdência. É bom lembrar que a defesa dos bancos públicos é a defesa contra o desmonte do Estado. Querem tirar a independência do povo brasileiro", disse Aristides.

Gilmar Mauro concorda com a importância da democratização do crédito para a inclusão social. "Na minha impressão, durante o governo Lula, os bancos públicos aliaram grande investimento com abertura de mercado de massas. Veja o papel do crédito, que é muito importante, tanto para produção quanto para consumo. Isso aqueceu a economia."

Para fazer frente a ataques contra instrumentos de inclusão, como bancos públicos, e direitos sociais, Juvandia defende que o primeiro passo deve ser o dia 28, com uma grande greve geral. "Temos uma luta muito grande pela frente. Nós somos a maioria, precisamos de conscientização e muita luta. Nada do que conquistamos foi dado, tanto que quando se combate direitos, também se combate organizações como movimentos sociais e sindicatos", afirmou. Com informações do Sindicato dos Bancários de São Paulo.

http://www.redebrasilatual.com.br/economia/2017/04/governo-temer-visa-o-desmonte-do-estado-e-o-enfraquecimento-da-soberania

TUXAUA

BOLETIM INFORMATIVO

7 de abril de 2017 | 044

# Artigos

## Uma Lava Jato para investigar os sindicatos?

Operação mergulharia nas finanças do meio sindical, para que a sociedade conheça como é usado o dinheiro dos trabalhadores

Juan Arias

Bandeiras da CUT em protesto em São Paulo NELSON ALMEIDA AFP

Há no Brasil 16.393 sindicatos, e poderiam ser até mais do que isso, segundo informações da imprensa. Para que tantos sindicatos? Nos Estados Unidos, por exemplo, existem 130; na Alemanha, 11; no Reino Unido, 168; e na Argentina, bem ao lado e bastante sindicalizada, 91. A cada dia, além disso, surge um novo sindicato. Só as igrejas evangélicas, que nascem a cada hora, registram um crescimento maior do que esse. Pode parecer brincadeira, mas existe até mesmo "o sindicato dos trabalhadores de sindicatos". A lei foi sancionada em 2006 pelo então presidente e ex-sindicalista Lula da Silva.

Todo mundo fala na necessidade de uma lei de reforma eleitoral como antídoto contra a corrupção que se aninhou na classe política e contra a loucura que significa haver 30 partidos representados no Congresso. Seria esse mar de sindicatos o mais numeroso do mundo? E o imposto sindical obrigatório que retira um dia de salário por ano de todos os trabalhadores, sindicalizados ou não, com uma arrecadação anual de mais de 3 bilhões de reais? Com o fato adicional de que as organizações sindicais ainda gozam da prerrogativa de não ter de prestar contas dessa arrecadação bilionária a nenhuma autoridade do Estado ou do Governo, outro presente que lhes foi dado pelo ex-sindicalista Lula.

Com essa montanha de sindicatos para os trabalhadores privilegiados que têm seu posto de trabalho garantido, quem se ocupa dos 14 milhões de desempregados, abandonados à sua própria sorte? Segundo alguns especialistas, a obrigatoriedade do imposto sindical para trabalhadores não sindicalizados fere a liberdade, a autonomia do trabalhador e a liberdade sindical. Além disso, hoje, os dirigentes sindicais acabam virando também políticos ou politizados, expostos aos pecados da corrupção.

Quantas campanhas eleitoraisnão terão sido sustentadas ilegalmente com dinheiro sindical?

Há quem diga que haverá, por isso, uma nova Lava Jato que mergulharia nas entranhas financeiras do meio sindical, para que a sociedade pudesse conhecer como são usados esses bilhões provenientes dos trabalhadores. O Brasil está tentando promover uma faxina no mundo político para abrir novos caminhos legais para o financiamento das campanhas, muitas delas, pelo que se revela nos tribunais, fruto de dinheiro sujo das empresas. Por que não fazer algo semelhante no mundo das finanças sindicais? É um dever para com a sociedade como um todo e em especial com os trabalhadores. Um dever para com esses milhões de pessoas que sofrem com o peso do desemprego, que já provocou dezenas de suicídios.

Seria injusto e doloroso para esses desempregados descobrir que o dinheiro sindical, do qual lhes chegam apenas algumas migalhas, corre solto pelos atalhos da ilegalidade. Trabalhadores e desempregados têm o direito sagrado de conhecer com toda transparência como é usado esse dinheiro gerado pelo seu esforço.

http://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/04/opinion/1491309327_500432.html

## Por que vamos parar o Brasil?

Rodrigo Britto*

Os constantes ataques à classe trabalhadora e a retirada de direitos motivaram inúmeras mobilizações no mês de março. Em abril, o chamamento é para uma Greve Geral, da qual, todos os trabalhadores, estudantes e movimentos sociais são convocados a participar para demonstrarem a contraposição da sociedade ao fim da aposentadoria, ao desmanche da legislação trabalhista e toda a imposição de retrocessos. Desde que usurpou o mandato de presidente através de um golpe parlamentar, Michel Temer declarou guerra aos direitos sociais e trabalhistas. Esta afirmação está claramente expressa nas medidas tomadas desde o início de seu mandato e que atingem todas as camadas da sociedade, em especial os menos favorecidos.

Artigo publicado no Alô Brasília, edição desta quinta (13)

Um terrível exemplo é a reforma da Previdência, que tramita 'a toque de caixa' e está prestes a ser votada. Um verdadeiro desmonte da nossa Seguridade Social, deixando o cidadão desamparado no momento em que ele mais necessita.

A PEC 287, que trata da reforma previdenciária, muda várias garantias previstas na Constituição de 1988, como impor uma idade mínima para se aposentar. Atualmente, não existe uma idade para que o trabalhador se aposente, mas, caso aprovada a reforma, ele terá que trabalhar até completar 65 anos de idade, inicialmente, e essa regra vale para homem e mulher, do campo ou da cidade, indistintamente. É uma PEC completamente cega, incapaz de enxergar diferenças de gêneros, sociais, culturais e econômicas. Nivela todos os trabalhadores num mesmo patamar, como se o Brasil do Nordeste oferecesse as mesmas condições de trabalho, oportunidades e qualidade de vida que a região Sul.

Outra exigência absurda é a contribuição previdenciária de 49 anos para se adquirir a aposentadoria integral. Então, para se aposentar, vai ser preciso começar a trabalhar com 16 anos de idade, nunca ficar desempregado ao longo de uma vida inteira, contribuir por 49 anos até chegar aos 65, e aí sim, conseguir a tão sonhada aposentadoria.

No caso das pensões por morte, a reforma desvincula esse benefício do salário mínimo, o que irá atingir mais da metade dos beneficiários do sistema. Atualmente, cerca de 55% dos 7,41 milhões de pensionistas ganham até um salário mínimo e, com a mudança, podem passar a ganhar menos do que a remuneração mínima em vigor no país. Como em sua maioria, as pensionistas são mulheres, a medida incidirá no orçamento das famílias.

Outra grave mudança é que não será mais permitido acumular benefícios. Atualmente, o responsável pela família pode receber pensão por morte e aposentadoria, por exemplo. Caso aprovada a PEC 287, o beneficiário terá que escolher uma ou outra.

No caso de incapacidade permanente para o trabalho, o trabalhador só receberá 100% do valor da média dos salários se a incapacidade decorrer, exclusivamente, de acidente de trabalho. Situação muito difícil de ser comprovada pela maioria dos trabalhadores brasileiros devido ao trabalho precarizado e informal. Atualmente, doenças degenerativas como tuberculose, alienação mental, esclerose múltipla, AIDS e outras, dão direito à aposentadoria por invalidez com proventos integrais (100% da média das remunerações), o que deixará de acontecer com a reforma.

Na realidade, esses foram apenas alguns poucos exemplos de um pacote imenso de ataques ao trabalhador e à trabalhadora, vitimando, principalmente, os que mais trabalharam durante a vida. A aprovação da PEC 287 é uma crueldade com o povo brasileiro e, somada a tantas outras preparadas pelo governo ilegítimo de Michel Temer, requer uma intervenção urgente da classe trabalhadora e dos movimentos sociais.

Por isso, conclamamos a todos para que parem um dia de trabalho, no dia 28 de abril, para barrarmos retrocessos que prejudicarão uma vida inteira. Procure o seu sindicato, informe-se sobre a Greve Geral e vamos juntos nos contrapor a toda essa retirada de direitos.

*Presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT Brasília

# 10º Congresso da Fetec-CUT/CN começa nesta segunda 17 em Cuiabá

Bancários da região Centro Norte vão aprovar plano de lutas em defesa dos direitos dos trabalhadores e eleger a nova direção da Federação. Encontro termina na quarta 19

A Federação dos Bancários do Centro Norte (Fetec-CUT/CN), fundada em 19 de janeiro de 1990, realiza seu 10º Congresso entre esta segunda-feira 17 de abril e a quarta-feira 19, em Cuiabá. Entre outros temas, terá na pauta a discussão da conjuntura nacional, o balanço da gestão, a organização da categoria bancária na região e a aprovação de um plano de lutas para o próximo período. O 10º Confetec-CUT/CN, que também elegerá a nova direção da Federação, será realizado no Auditório do Paiaguas Palace Hotel, na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 1.718, Bairro Bosque da Saúde, Cuiabá/MT.

“Nosso Congresso acontece numa conjuntura política e econômica extremamente difícil, onde um governo ilegítimo e um Congresso Nacional dominados por acusações de corrupção, para atender a agenda do grande capital estão destruindo programas sociais e direitos trabalhistas duramente conquistados em décadas e décadas de luta”, afirma José Avelino, presidente da Fetec-CUT/CN.

“Temos desafios imensos pela frente, principalmente o de aprimorar a organização dos bancários e de nos unirmos a outras categorias profissionais para intensificar a mobilização no enfrentamento a esses ataques e em defesa dos direitos da classe trabalhadora. A tarefa mais imediata é jogar todos os nossos esforços para fazermos uma grande greve geral no dia 28 de abril, convocada pelas centrais sindicais”, acrescenta Avelino.

Para enriquecer os debates do 10º Confetec-CUT/CN, a Federação preparou um caderno de subsídios, com análise da conjuntura e informações sobre os principais temas que preocupam a categoria bancária. O documento, que foi enviado a todos os sindicatos, traz um panorama do sistema financeiro nacional, as mudanças rápidas que ocorrem no setor em razão da introdução de novas tecnologias, o que afeta o emprego, além de muitos dados sobre saúde do trabalhador e condições de trabalho, segurança bancária, as campanhas nacionais do último período e as conquistas da categoria, o papel dos bancos públicos e a luta dos bancários por igualdade de oportunidades.

## Programação do 10º Confetec-CUT/CN

**Dia 17 de abril**

13h – Início do credenciamento

14h00 – Análise de conjuntura nacional e internacional. Palestrantes:
**Ságuas Moraes**, deputado federal por MT.
**Altamiro Borges**, coordenador do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão Itararé e editor do Blog do Miro.
**Gilmar Soares Ferreira**, professor e secretário de Assuntos Educacionais da Confederação Nacional da Trabalhadores em Educação (CNTE).
**Representante CUT Nacional**

17h30 – Encerramento do credenciamento primeiro dia.

19h30 – Abertura solene do 10º Congresso

**Dia 18**

8h30 – Reinício do credenciamento.

9h30 – Aprovação do Regimento Interno do 10º Congresso.

10h30 – Alteração do Estatuto.

12h00 – Término do prazo do credenciamento dos delegados e delegadas.

12h05 às 12h30 – Prazo para credenciamento dos suplentes.

12h30 – Almoço.

13h30 – Balanço da gestão.

14h30 – Apresentação do caderno do texto de tese.

1530 – Plano de ação.

18h00 – Encerramento do prazo para apresentar as moções.

18h00 - Encerramento segundo dia.

**Dia 19**

9h00 – Aprovação das propostas do plano de ação.

10h30 – Eleição e posse do sistema diretivo.

12h00 – Encerramento com almoço.

http://www.feteccn.com.br/noticia/10o-congresso-da-fetec-cutcn-comeca-nesta-segunda-17-em-cuiaba/

TUXAUA

BOLETIM INFORMATIVO

13 de abril de 2017 | 045

# Formação, democracia e direitos
# Nenhum direito a menos! Nenhum privilégio a mais!

Com o apoio e sugestões dos sindicatos filiados à FETEC-CUT \CN, a Secretaria de Formação organizou um texto que apresenta reflexões e sugestões realizadas nesses últimos anos e, especialmente, nesse período que antecede o Congresso quando os dirigentes sindicais da área contribuíram com suas análises e proposições.

Abaixo o documento que será debatido no **10º Congresso da Fetec-CUT/CN** e que é o resultado da reflexão coletiva:

A desigualdade é condição que destrói a vida comunitária, a ética, a justiça, a liberdade. Esses princípios, acrescidos do respeito aos direitos humanos, civis, políticos e sociais constituem a dignidade da pessoa humana.
No Brasil estamos diante de um governo que afronta de maneira planejada e desrespeitosa a dignidade da pessoa humana. Direitos básicos são retirados diariamente, sem qualquer cerimônia, agredindo individual e coletivamente a sociedade brasileira.
O governo ilegítimo e usurpador instalado no Palácio do Planalto desmonta o Estado brasileiro, destrói a soberania nacional e ceifa os direitos e conquistas de trabalhadoras e trabalhadores.
O ataque sistemático e insolente à classe trabalhadora pode se tornar uma alavanca de nossa consciência de classe, oportunidade para a superação do corporativismo e de retomada da articulação do movimento sindical com os movimentos sociais comprometidos com as causas da população brasileira.
A rearticulação de nossa luta exige muitas frentes de batalha organização, mobilização, comunicação, nos desafiam a fortalecer nosso processo de formação para esses tempos de retrocesso e desesperança.
Não é uma tarefa fácil debater com os/as trabalhadores/as, tão contaminados pelo pensamento único da mídia monopolizada, a serviço das forças conservadoras, sem qualquer compromisso com a cidadania, e que estimula o crescimento do discurso e de práticas de ódio.
Até mesmo entre nós, militantes em defesa dos direitos e das conquistas, em muitos momentos torna-se difícil superar o corporativismo, o individualismo e nos desnudar dos desejos do poder pelo poder.
Apesar e por causa de nossas inúmeras e constantes ações sindicais e políticas, precisamos colocar em destaque uma estratégia formativa que revisite temas indispensáveis para compreender a história e jogar luz sobre o presente, problematizando a imposição premente da unidade da classe trabalhadora, o que representa a possibilidade concreta de se avançar em um processo consistente de conscientização e de atuação.
Precisamos agir para construir uma narrativa contra-hegemônica sobre os mecanismos básicos da nossa frágil democracia. Essa ação precisa ser em parceria com as escolas sindicais do Centro-Norte (Apolônio de Carvalho e Chico Mendes), com as CUTs das duas regiões, com os sindicatos filiados à FETEC-CUT/CN, com a Contraf, com a CUT Nacional.
Também é preciso implementarmos convênios e/ou acordos colaborativos com DIAP e DIEESE, e outras instituições que atuam na área de formação, como o Instituto Piratininga de Comunicação e a Fundação Perseu Abramo.
Não podemos perder de vista nossas relações, que também podem ser formativas, com o MST, o MAB, a UNE e outras instituições que lutam por um país mais justo para todos. Alianças táticas e estratégicas são fundamentais para fortalecer o conceito de classe.
A utilização das novas tecnologias para a formação é muito importante. Hoje existem inúmeras plataformas de estudos e educação que podem nos auxiliar sobremaneira nessa tarefa. Cursos à distância, debates online, transmissão ao vivo de seminários são alguns exemplos que podemos seguir.
Destacamos, por fim, que a unidade de ação para evitar a dizimação da classe trabalhadora, pois a intenção é tornar o movimento sindical brasileiro irrelevante, frágil e, então, destruí-lo. O ataque aos direitos trabalhistas e previdenciários, terceirização, negociado sobre legislado, trabalho temporário e intermitente, fim da ultratividade, e da cobrança da taxa assistencial são a tônica dos três poderes da República.
Diante disso, faz-se imprescindível resgatar o trabalho de base permanente, diuturno, com os dirigentes levando informação de qualidade para os trabalhadores, de modo que não sucumbam com a propaganda enganosa dos patrões e dos governos que apontam que é preciso abrirmos mão de nossos direitos para garantir nossos empregos e nossa aposentadoria, mesmo que depois de mortos.
Resgatar a formação política dos dirigentes sindicais e da base é tarefa urgente. Não podemos apenas fazer discursos. É preciso argumento, conhecimento aprofundado, histórico e conjuntural dos temas que nos são caros. Apesar de ser esse um trabalho mais de longo prazo, porque formação não se faz do dia para a noite, a retomada é para ontem. Não dá mais para falarmos para nós mesmos com um discurso que só nós compreendemos. Formação exige tempo, estudo, debate, concentração, disciplina. Aprendizagem profunda do que, de como multiplicar e para quem o fazer. Cuidamos, e de forma justificável, das demandas micro e econômicas. Deixamo-nos engolir por elas e com isso não conseguimos intervir nos processos políticos. Não conseguimos ampliar a representação política dos trabalhadores nas esferas municipal, estadual e federal.
Nossas instituições resolvem os problemas coletivos dos trabalhadores, mas os trabalhadores votam naqueles que criam os problemas para a classe trabalhadora. Os empresários elegem muito mais representantes do que os trabalhadores. Não é à toa que a agenda que está sendo aprovada é contrária aos nossos interesses. Até então, ganhamos no micro, nas negociações pontuais; e pelo andar da carruagem nem mais essas vitórias conseguiremos. Vamos nos deixar destruir e nos autodestruir?

**Temas demandados e que precisam ser contemplados no projeto formativo da FETEC-CUT/CN:**

- Organização social e luta de classes;
- Capitalismo e trabalho;
- Formação da classe trabalhadora no Brasil;
- Contribuição dos conceitos anarquistas, comunistas, socialistas, trabalhistas na formação do movimento operário e sindical brasileiro;
- Sindicalismo brasileiro nos diversos períodos históricos;
- Novo sindicalismo e criação da CUT;
- Organização e Representação Sindical de Base;
- Sindicatos: papeis, planejamento e gestão;
- Organização e Representação Sindical de Base;
- Sindicato, relações de trabalho e sistema financeiro;
- Reestruturação, terceirização e condições de trabalho;
- Negociação Coletiva;
- Disputa da hegemonia na sociedade: comunicação, linguagem, redes sociais, tecnologias digitais, oratória;
- Formação de formadores (multiplicadores) sobre políticas públicas e sociais, como paternidade responsável, por exemplo.

Nossa formação precisa tomar contornos de resistência e esperança, de construção de dignidade no trabalho e de cidadania. Com diretrizes classistas e democráticas, considerando os recortes de raça, gênero, orientação sexual, juventude, emprego e desemprego, meio ambiente, saúde, solidariedade de classe.
O sociólogo Aldo Fornazieri diz que derrubar Temer é uma demanda da dignidade humana. E lembra-nos que quando os gregos criaram a Polis (cidade) como comunidade política, estabeleceram como princípio de sua condução a ideia de Justiça enquanto satisfação das necessidades, promoção do interesse comum, agregação de bens materiais, morais e espirituais; a garantia de condições que abrigassem a todas e todos dos tormentos da pobreza e da miséria e a busca dos fins éticos da comunidade, pela prática das virtudes era a única maneira de promover o encontro da busca da felicidade individual com a felicidade coletiva.
Retomemos, pois, o ideário dos gregos e vamos à luta para construir uma sociedade justa, digna, igualitária e livre. Essa luta atual exige de nós estratégias também e principalmente de médio e longo prazos, unidade de ação, resgate do trabalho de base e muito preparo político porque nos espera uma longa e dolorosa maratona. E a formação é imprescindível nessa caminhada.

# Acontecendo

FETEC CUT Centro Norte

**10º Congresso Ordinário da FETEC-CUT/CN**

**17, 18 e 19 de abril de 2017**
**Palace Hotel**, - Cuiabá – MT

**ABRIL VERMELHO**
**O BRASIL VAI PARAR!**

**18/04** PREPARA GREVE GERAL
**28/04** GREVE GERAL

.

Juventude CUT BRASIL

**Encontro de Intercâmbio com Sindicalistas Negros e Jovens da CUT e AFL-CIO**

**São Paulo, 30**\04 a **04\05\2017**

## Encontro do Coletivo Nacional de Juventude da SNJ/CUT

**16, 17 e 18 de maio de 2017**

Cooperativa dos Trabalhadores do Instituto
Inscrição: até às 18hs do dia 05 de maio de 2017
Por meio de ficha de nscrição encaminhada às entidades, que deve ser enviada à Secretaria Geral da CUT Nacional para o e-mail:cut@cut.org.br, com cópia para a Secretaria Nacional de Juventude – e-mail: juventude@cut.org.br

Juventude CUT BRASIL

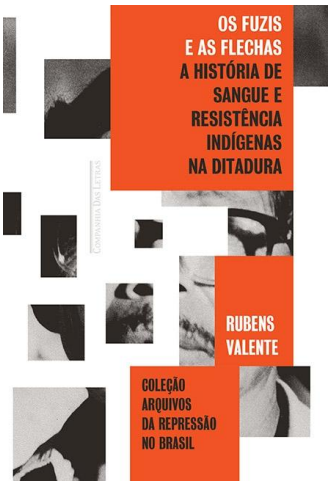
# Acontecendo

## A Democracia Que Queremos

17 de abril
19:00
Museu Nacional da República DF

A Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma Política organiza debate sobre Democracia, Reforma do Sistema Político e Economia a partir dos olhares da população negra, dos povos indígenas, mulheres e defensores do Estado laico.

O evento será transmitido ao vivo pela página da Mídia Ninja --> ninja.oximity.com




**Livro**
**Os fuzis e as flechas: A história de sangue e resisência indígenas na ditadura**

Uma investigação da história de centenas de indígenas mortos durante a ditadura militar no Brasil, de 1964 a 1985, foi transformada em livro pelo jornalista Rubens Valente, que durante um ano entrevistou 80 pessoas, entre índios, sertanistas, missionários e indigenistas para construir o relato.

O livro traz à tona registros inéditos de erros e omissões que levaram a tragédias sanitárias durante a construção de grandes obras do período militar, como a Rodovia Transamazônica.

Para o autor, a principal conclusão de sua pesquisa é a dificuldade do Estado brasileiro em reconhecer essas mortes e de pedir desculpas pelo que ocorreu. “Em 2014, a Comissão Nacional da Verdade aprovou um capítulo destinado aos povos indígenas, e esse capítulo indicava a necessidade de um pedido de desculpas por parte do governo brasileiro. Um pedido de desculpas pelo que aconteceu com os índios. E até o momento, já se vão três anos, não houve sequer o reconhecimento, sequer um pedido desculpas, quanto mais alguma forma de reparação desses danos.”

# CARAVANA *em solidariedade a* LULA

A CUT Brasília e a Frente Brasil Popular-DF estão organizando uma campanha de arrecadação para custear uma caravana que levará trabalhadores, dirigentes e militantes até a capital paranaense em solidariedade à Lula.
Venha fazer parte e contribua com essa causa.
***Saída:*** 1º de maio
Deposite sua doação na conta da CUT Brasília,
CNPJ: 60.563.731/0004-10,
**Caixa Econômica**, agência **0002**,
operação **003**, conta-corrente **4668-5**.
***Mais informações:*** 61-3251-9362

# BOLETIM INFORMATIVO

# TUXAUA
## SECRETARIA DE FORMAÇÃO


**EXECUTIVA**

**José Avelino Barreto Neto**
Presidente

**Sérgio Luiz Campos Trindade**
Vice-presidente

**Marly Terezinha Ferreira**
Secretaria Geral

**Cleiton dos Santos Silva**
Secretário de Administração e Finanças

**Juliano Rodrigues Braga**
Secretário de Assuntos Jurídicos

**Sonia Maria Rocha**
Secretária Org. do Ramo Financeiro

**Jacy Afonso de Melo**
Secretário de Formação Sindical

**Jair Moraes Gomes**
Secretário de Imprensa e Divulgação

**Sebastião Tavares de Oliveira**
Secretáriode Relações e Políticas Sindicais

**Márcio Ramos Saldanha**
Secretário de Relações Institucionais

**Conceição de Maria Costa**
Secretária de Saúde e Condições de Trabalho

**Clever Bonfim**
Secretária de Política de Igualdade

**Edvaldo Franco Barros**
Secretário de Bancos Privados

**André Matias Nepomuceno**
Secretário de Bancos Públicos

**Edson Azevedo dos Anjos Gomes**
Secretário de Política Socioambiental

**Raul Lídio Pedroso Verão**
Secretário de Cooperativas de Crédito

**Maria Aparecida Sousa**
Secretária da Mulher

**Rose Lidyane Ramos de Souza**
Secretária da Juventude

**Manoel Parreira Matos**
Secretário de Combate ao Racismo


## O que é Tuxaua?

Tuxaua é um termo indígena cujo significado varia conforme a tribo. Entre os *sateré–mawé,* por exemplo, o grau de influência política de um tuxaua oscila segundo inúmeros critérios, como seu conhecimento sobre o tempo dos antigos (história e mitologia de sua gente), sua capacidade como orador, seu grau de generosidade, sua habilidade para conduzir os problemas internos de sua comunidade e a tônica de suas relações com os agentes da sociedade, como patrões e políticos locais.

Tuxaua, também é sinônimo daquele que observa, articula, fomenta e motiva as capacidades pessoais e coletivas de seu povo.

A liderança do Tuxaua se caracteriza pela forma consensual como é exercida. É antes de tudo um articulador das intenções do grupo e coordenador das atividades. Portanto, tem que conviver e administrar as outras instâncias de liderança que coexistem em seu espaço de vida e atuação. É, então, o articulador e mobilizador das pessoas as quais lidera e representa.

Tuxaua foi escolhido como nome deste Boletim para homenagear a população indígena, presente e representativa no Centro-norte do Brasil e que tanto tem a nos ensinar sobre organização, respeito mútuo, liderança e articulação de ações.

O Boletim tem por objetivo estimular o debate, socializar informações e agendas, especialmente as de formação, dos sindicatos filiados à FETEC-CN/CUT.


**Boletim InFormativo da Secretaria de Formação**
**FETEC-CUT/Centro Norte**
**Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 2254, Ed. American Center. Sala 1209 – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT**
**Fone: (65) 3363 6600**

**E-mail: tuxaua@feteccn.com.br**